O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 16 | Nº 47 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10183296

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Luis Carlos Zucatto[1]

Karine Cecília Finatto Begnini[2]

Nandria Scherer[3]

Rafaela Geloch Butzke[4]

Estela Maris Giordani[5]

Resumo

Este artigo apresenta discussões de políticas públicas educacionais e, neste sentido, se propõe a mapear e analisar produções científicas acerca de políticas públicas voltadas à educação básica brasileira, a partir de 1996. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, realizada por meio do levantamento bibliográfico de artigos publicados na *Web of Science* (base de dados SciELO *Citation Index*) e Spell no mês de julho de 2021, utilizando como descritores "Políticas Públicas" e "Educação Básica". Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, para sistematizar o desenvolvimento da revisão sistemática de literatura, foram selecionados 47 artigos. A análise dos dados observou as premissas da Análise de Conteúdo, com categorização *à posteriori.* Como resultados, identificou-se nos estudos a predominância de três categorias: I) Permanência e inclusão de alunos na educação básica; II) Qualificação e carreira docente na educação básica e III) Avaliação da educação básica. Como principal contribuição teórica, identificaram-se as áreas que concentram os estudos, de modo que se salientou a importância das políticas públicas educacionais, e a necessidade contínua de aperfeiçoamento e qualificação da educação básica no Brasil.

Palavras-chave: Educação Básica; Política Educacional; Políticas Públicas.

Abstract

This article presents discussions of educational public policies and, in this sense, proposes to map and analyze scientific productions about public policies aimed at Brazilian basic education, from 1996 onwards. articles published in the Web of Science (SciELO Citation Index database) and Spell in July 2021, using "Public Policy" and "Basic Education" as descriptors. After applying the inclusion and exclusion criteria, to systematize the development of the systematic literature review, 47 articles were selected. Data analysis observed the premises of Content Analysis, with subsequent categorization. As a result, the predominance of three categories was identified in the studies: I) Permanence and inclusion of students in basic education; II) Qualification and teaching career in basic education and III) Evaluation of basic education. As the main theoretical contribution, the areas in which the studies are concentrated were identified, so that the importance of public educational policies was highlighted, and the continuous need for improvement and qualification of basic education in Brazil.

Keywords: Basic Education; Educational Politics; Public Policy.

[1] Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Administração. E-mail: luis.zucatto@ufsm.br

[2] Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: karine.begnini@acad.ufsm.br

[3] Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: scherernandria@gmail.com

[4] Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: rafageloch@gmail.com

[5] Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Educação. E-mail: estela.giordani@ufsm.br

INTRODUÇÃO

Superar problemas educacionais, implementar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade são desafios de nível mundial, como estabelecido na Agenda 2030, que apresenta os objetivos e metas a serem alcançados entre 2016-2030, os quais almejam alcançar o desenvolvimento sustentável global (ONU, 2015). Por outro lado, o processo educacional é desafiador, complexo e crucial para o desenvolvimento de uma nação. No Brasil, a educação, é um direito social, previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentada, por meio da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). As alterações e atualizações a esta Lei são constantes e buscam aprimorar o modelo educacional brasileiro.

E, no que concerne ao desempenho dos estudantes brasileiros, de acordo com a *Organization for Economic Co-Operation and Development* (*OECD*) cujo estudo foi divulgado em 2018, por meio do *Programme for International Student Assessment* (*PISA*), constatou-se que a nota geral do Brasil, nas áreas avaliadas está entre as mais baixas dos 79 países avaliados, ou seja, alunos da educação básica, no Brasil, apresentaram baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências (INEP, 2019). Ainda, o Anuário Brasileiro da Educação Básica (BRASIL, 2020), evidencia que a educação brasileira pública passou por transformações nas últimas décadas, mas necessita melhorias, tendo como principal desafio a qualidade do ensino ofertado, uma vez que na última avaliação internacional de desempenho escolar do Pisa, em 2018, verificou-se que apenas 9% dos concluintes do Ensino Médio possuem conhecimento adequado em matemática e 29% em língua portuguesa. O monitoramento da qualidade do sistema educacional é crucial para definir e direcionar as políticas públicas educacionais no âmbito nacional.

Acerca da avaliação da Educação Básica no Brasil, o estudo de Soares, Soares e Santos (2021), por meio de uma revisão de literatura evidenciou que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), como um conjunto de avaliações externas em larga escala, e um modelo de avaliação nacional em constante transformação, pode oferecer subsídios para o acompanhamento da efetividade das políticas públicas educacionais adotadas e qualificar os sistemas de ensino no Brasil. Por sua vez, Silva e Nunes (2020) destacam que as políticas públicas voltadas para a Educação Básica buscam proporcionar condições e estratégias adequadas para estimular e promover a formação humana. Salienta-se que o processo educacional é influenciado pela evolução da sociedade e é parte constituinte das políticas públicas.

Este contexto enseja o objetivo deste estudo que é o de mapear e analisar a produção científica acerca de políticas públicas voltadas à educação básica brasileira, a partir de 1996. A escolha do objeto de pesquisa, se justifica pela relevância da educação como temática transversal, associada ao âmbito

social e à análise de políticas públicas. Além disso, analisar a produção do conhecimento, permite identificar teóricos da área, compreender como se desenvolvem as políticas públicas na área, pode contribuir em termos propositivos aos formuladores de políticas públicas e na composição da agenda de futuros estudos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos desdobramentos desta seção são abordadas as temáticas das Políticas Públicas, contemplando-se aspectos relacionados à gênese deste campo de estudos e aos aspectos conceituais. Ainda, são tratadas questões pertinentes às Políticas Públicas para a Educação Básica, com ênfase nos aspectos legais que regulamentam essas políticas no Brasil.

Políticas públicas

No que concerne à gênese dos estudos sobre políticas públicas, de acordo com Souza (2006, p. 22):

> A política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. [...] Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

E, para Freitas, Becker e Zucatto (2023), as políticas públicas se caracterizam como um amplo campo de estudos, cuja principal vertente teórica remonta a 1936, quando é introduzida a expressão *policy analysis* por Laswell e, a partir de então, esse campo se desenvolve em diferentes perspectivas e aplicações. Acerca da amplitude das políticas púbicas, Howlet, Ramesh e Perl (2020) destacam que, praticamente, a totalidade de experiências ao longo de nossas vidas, desde que nascemos à morte, são condicionadas por políticas públicas. Cairney, Denny e Mitchell (2021) complementam, e reforçam este argumento, dizendo que as políticas públicas devem ser pensadas, sempre, em vista do bem-estar da população. Para Chaves-Avila e Gallego-Bono (2020) as políticas públicas precisam ser planejadas, também, em termos de futuro, levando-se em conta as necessidades das próximas gerações.

Em termos conceituais, as políticas públicas, de modo geral, podem ser entendidas como a ação do governo. Nesta perspectiva, Bachrach e Baratz (1962) e Dye (2017), argumentam que políticas

públicas são definidas como aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer. Para Matias-Pereira (2012, p. 33) as políticas públicas são "[…] ações públicas assumidas pelos governos, instituições públicas estatais com ou sem participação da sociedade que concretizam direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei".

Ainda nessa linha de pensamento, conforme Souza (2006) e Secchi (2016), entende-se que as políticas públicas são concebidas para solucionar problemas sociais contemplados na agenda dos governos. E, uma vez surgidas na esfera do Estado, as políticas públicas, são estratificadas em programas, projetos, ações que, antes, durante e após sua implementação precisam ser avaliadas, submetidas a sistemas de monitoramento para análise crítica quanto aos objetivos e respectivos resultados.

Quanto à evolução dos estudos no campo, Barbosa e Ermendoerfer (2023, p. 15) defendem que:

> [...] a área de políticas públicas se encontra hoje bastante consolidada em torno de um conjunto de modelos analíticos e normativos de políticas públicas, que organizam o debate. Estes modelos são geralmente aplicados aos estudos sobre políticas públicas, comumente orientados pela noção (em si mesma bastante debatida) do ciclo de políticas: agenda-setting, processo decisório, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas governamentais. No entanto, já há algum tempo a agenda do campo de análise de políticas públicas vem se renovando, a partir de novas abordagens teóricas e metodológicas em gestão de políticas públicas, ao lado do intenso debate sobre participação e democratização das políticas.

Com base nas abordagens sobre políticas públicas, aqui tratadas, pode-se dizer que a ideia de política pública assenta-se no pressuposto de que há um *locus* comum, onde os indivíduos vivem, como defendido por Sümer e Özdikililer (2020). E, de acordo com esta abordagem, o "público" seria esse *locus,* considerado o espaço, ou território, onde se dão as atividades e interações, humanas e acontecem (ou deveriam acontecer) as intervenções e regulações governamentais, como é o caso da educação básica, aspecto que se discute na próxima seção.

Políticas públicas para a educação básica

No âmbito educacional, o Estado também exerce o poder de definições estratégicas e, quando ligadas à educação, as políticas públicas buscam fornecer condições e métodos adequados para promover a formação humana (SAVIANI, 2008; SANTOS, 2012; SILVA; NUNES, 2020). Machado e Falsarella (2020) destacam que as transformações na administração pública brasileira, a partir de 1990, fundamentadas na Constituição Federal (1988) e seguindo as tendências neoliberais, vislumbraram modernizar a gestão pública, aperfeiçoar a governança, garantir transparência e eficácia, sendo a

educação escolar um dos alicerces para o desenvolvimento da sociedade. E, sobre o direito à Educação, Silva e Leal (2022, p. 424) argumentam que "[...] cabe ao Estado criar condições objetivas que propiciem o acesso pleno ao sistema educacional."

Já, a Lei nº 9.394/96, com base na CF/1988, regulamenta o sistema educacional brasileiro e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a qual valoriza os profissionais da educação, estabelece o dever da União, dos estados e dos municípios com a educação pública, enfatiza as necessidades que o poder público tem o dever de assegurar.

Considerando a amplitude do sistema educacional e a complexidade de desenvolver políticas públicas neste âmbito, a legislação classifica a educação escolar brasileira, por meio de dois níveis: a **educação básica**, constituída por três etapas - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e, a **educação superior**, que é o nível subsequente e abrange cursos sequenciais, graduação, pós-graduação e extensão (BRASIL, 1996). Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, buscando articular os esforços nacionais, a fim de melhorar a qualidade, ampliar o acesso ao ensino e os investimentos na educação.

O PNE enfatiza, a importância de estabelecer uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (BRASIL, 2014). Ao longo do tempo, a LDBEN foi significativamente alterada por força de leis e, dentre as atualizações, está o estabelecimento da BNCC, que se caracteriza como um documento de caráter normativo, elaborado à luz das DCNs, para cada etapa e modalidade da Educação Básica, e específica as habilidades essenciais esperadas ao longo do processo de ensino aprendizagem (MEC, 2021).

A legislação educacional brasileira é regulamentada pelo Estado, a qual evidencia que as leis e normativas desenvolvidas almejam regulamentar o acesso e estabelecer critérios de qualidade à educação. Este direito fundamental se configura como base no desenvolvimento da cidadania, promoção do crescimento econômico e participação democrática (IBGE, 2021). Neste sentido, implantou-se, a partir de 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a fim de mensurar a qualidade da educação. Soares, Soares e Santos (2021), por meio de uma revisão de literatura, constataram a importância de compreender os fatores que influenciam e impactam na construção de indicadores educacionais, a fim de propor melhorias e monitorar as políticas públicas educacionais praticadas no país. Nesta mesma perspectiva, Matos (2022) destaca que os resultados da avaliação da educação básica no Brasil impactam de maneira não positiva no desempenho dos estudantes nos demais níveis de educação no País.

Acessar, e usufruir, educação de qualidade é fundamental para ampliar a democracia e desenvolver a cidadania. Os resultados sociais são potencializados quando o Estado faz investimentos,

elabora estratégias e implementa políticas públicas educacionais, com vistas a erradicar o analfabetismo, universalizar o ensino, reduzir a criminalidade, a desigualdade social, econômica e regional. Neste sentido, Dias e Pinto (2019) defendem que as políticas públicas voltadas para a educação relacionam-se com o desenvolvimento social e nota-se a importância da continuidade das políticas adotadas, de modo que perpassam diferentes gestões de governo.

Conforme Rodrigues e Silva (2023), o Estado também deve prover espaço para a constante interlocução com a sociedade no sentido de fomentar iniciativas que visem atender as demandas educacionais dos diversos sujeitos que compõem o *corpus* social e o cenário nos processos de escolarização como condição para que a Educação Básica atinja as finalidades de "[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (BRASIL, 1996). Corroborando esta perspectiva, Tiantian (2023) argumenta que os recursos alocados na Educação Básica são estratégicos para o desenvolvimento dos sujeitos, uma vez que nesta etapa se estabelecem os fundamentos para a aquisição de novos, e mais avançados, conhecimentos. Ademais, de acordo com a OCDE (2023) investir em educação é investir no futuro, pois os investimentos em educação promovem benefícios às pessoas e às sociedades. Neste sentido, é pertinente analisar estudos que contemplam as políticas públicas para a Educação Básica, no contexto brasileiro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo busca atingir o objetivo proposto por meio de análise bibliométrica como suporte à revisão sistemática de literatura. Neste sentido, destaca-se que revisões sistemáticas, como a bibliometria, são metodologias estatísticas e matemáticas, as quais buscam mensurar processos de informações, identificar as principais correntes teóricas e os instrumentos metodológicos utilizados em pesquisas anteriores. Nesta perspectiva, autores como Chueke e Amatucci (2015) e Melo Ribeiro (2017) defendem que tal estratégia auxilia na sistematização de estudos desenvolvidos em determinado campo do conhecimento e permite delinear problemas de pesquisa para estudos futuros.

Assim, as fontes de informações para o levantamento das produções científicas foram as plataformas virtuais *Web of Science* (base de dados SciELO *Citation Index*) por meio do acesso CAPES via CAFe e Spell por meio do acesso público. De acordo com Spell (2021) e *Web Of Science* (2021) essas bases de dados fornecem literatura acadêmica publicadas em periódicos nacionais de significativa relevância nas áreas de ciências, ciências sociais, artes, humanas e administração pública.

Observando-se o protocolo PRISMA 2020, destaca-se que na etapa de extração e seleção dos estudos que comporiam o *corpus* de análise definiram-se como descritores a associação de duas palavras-chave, "Políticas Públicas" e "Educação Básica", combinadas entre si com conector boleano "*and*", para assegurar a ampla busca de estudos e palavras contidas no tópico/resumo. A extração ocorreu em julho de 2021, com três pesquisadores realizando a busca de forma concomitante para fins de se verificar se os resultados seriam semelhantes, o que se confirmou. Como primeiro resultado, foram identificadas 107 produções relacionadas à temática pesquisada. Para fins de organização, registro e armazenamento dos dados, criou-se uma planilha no *software Microsoft Excel*® na qual se tabularam as seguintes informações de cada artigo: título, autor(es), ano, periódico publicado e resumo.

Na sequência, foram aplicados critérios para a seleção dos documentos, sendo eles: recorte temporal, considerando que a Lei, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi publicada em 1996, então optou-se por publicações do período de 1996 a 2020 e, quanto ao tipo de documento, utilizou-se artigos, selecionando-se estudos realizados no Brasil, em vista de que se trata de uma política pública nacional.

Após a aplicação desses filtros, nos trabalhos que compuseram a amostra inicial, restaram 84 artigos na *Web of Science* (base de dados SciELO *Citation Index*) e 6 artigos na *Spell*. Posteriormente, a fim de avaliar os atributos dos artigos para contribuir com a pesquisa, foram definidos critérios de inclusão: analisar políticas públicas direcionadas à educação básica brasileira; e, estudo e análise de políticas públicas já implementadas. Também definiram-se como critérios de exclusão: não estar relacionado com políticas públicas; não analisar o contexto brasileiro; não analisar políticas públicas direcionadas à educação básica; foco em novas propostas de políticas públicas. Destarte, a partir da leitura do resumo dos artigos, foram excluídos aqueles que não atendessem aos critérios de inclusão e exclusão, selecionando-se esses 90 artigos que compunham a amostra inicial. Após, por meio da leitura na íntegra, foram selecionados aqueles trabalhos que correspondessem ao objetivo do estudo, restando 47 artigos, sendo 42 da base *Web of Science* e 5 da *Spell*.

Já, para analisar os dados observou-se a orientação de Bardin (2016), quanto à Análise de Conteúdo, com Categorias Analíticas definidas *à posteriori.* Os artigos que compuseram o *corpus* de análise foram novamente lidos na íntegra e à medida que eram lidos identificavam-se aproximações de abordagens, o que permitiu agrupamentos de artigos semelhantes. Desse modo, três categorias foram identificadas, a saber: a) Permanência e inclusão de alunos na educação básica; b) Qualificação e carreira docente na educação básica; e, c) Avaliação da educação básica.

E, para fins de melhor inteligibilidade acerca do passo a passo em relação à busca e seleção dos estudos, elaborou-se o quadro 1, no qual de estratificam os aspectos relacionados ao protocolo observado para esta Revisão Sistemática de Literatura.

Quadro 1 – Protocolo observado

Espectro da revisão	**Amplo**
Fontes de informações	- *Web of Science* (base de dados SciELO *Citation Index*) - *SPELL*
Descritores	Associação entre as palavras-chave "políticas públicas" e "educação básica"
Critérios de elegibilidade	- Artigos publicados em periódicos
Delimitação temporal	De 1996 (ano de publicação da LDB) a 2020
Critérios de inclusão	- analisar políticas públicas direcionadas à educação básica brasileira; - estudo e análise de políticas públicas já implementadas; - estudos realizados no Brasil
Critérios de exclusão	- não estar relacionado com políticas públicas; - não analisar o contexto brasileiro; - não analisar políticas públicas direcionadas à educação básica; - foco em novas propostas de políticas públicas
Forma de triagem inicial	- leitura dos resumos
Forma de triagem definitiva	- leitura na íntegra

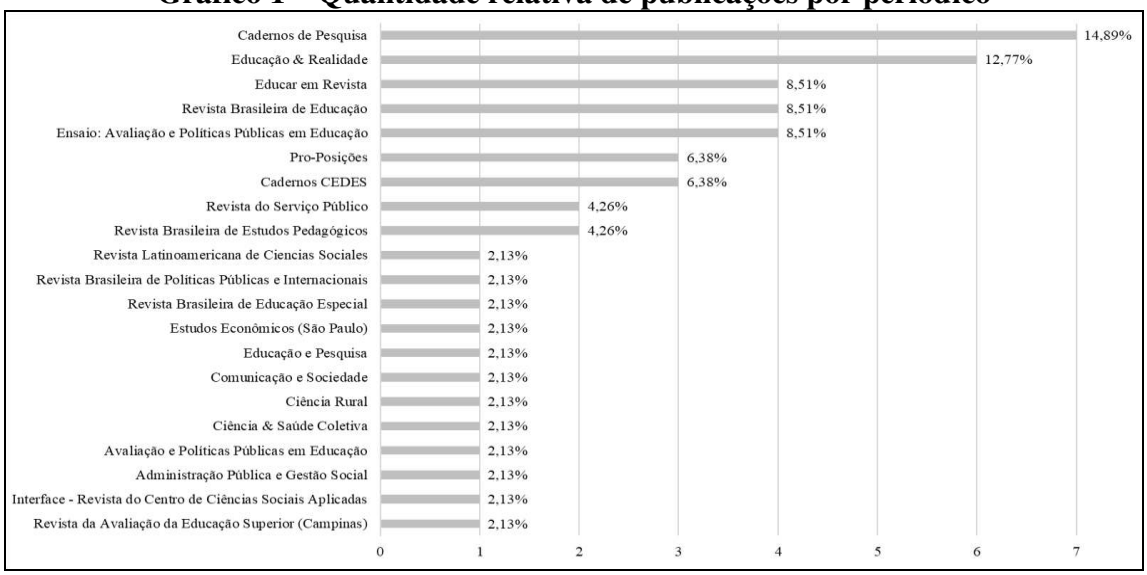
Fonte**:** Elaboração própria. Base de dados: Protocolo PRISMA (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando-se o recorte temporal deste estudo, que foi de 1996 a 2020, cuja amostra atendeu aos critérios do presente estudo, não foram identificados trabalhos entre 1996 a 2002. Os primeiros estudos contemplados na amostra analisada foram publicados em 2003 e tal fenômeno pode ser explicado considerando-se que a LDBEN foi promulgada no final de 1996 e alguns anos após a implementação notaram-se os resultados e, então, se desenvolveram estudos relacionados à temática. Também, se faz *mister* destacar que a base de dados da *Web of Science* (base de dados SciELO *Citation Index*) disponibiliza pesquisas apenas a partir de 2002.

Em relação ao número de publicações no período analisado, observou-se que o ano de 2019 contempla 7 estudos (14,89%) e o ano de 2014 com 6 estudos (12,77%). Ainda, percebe-se discreta oscilação do quantitativo de publicações ao longo do tempo, a qual distribui com certo equilíbrio as pesquisas sobre políticas públicas direcionadas à área da educação básica. E, a fim de identificar os periódicos que apresentaram produções científicas sobre a temática, desenvolveu-se o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade relativa de publicações por periódico

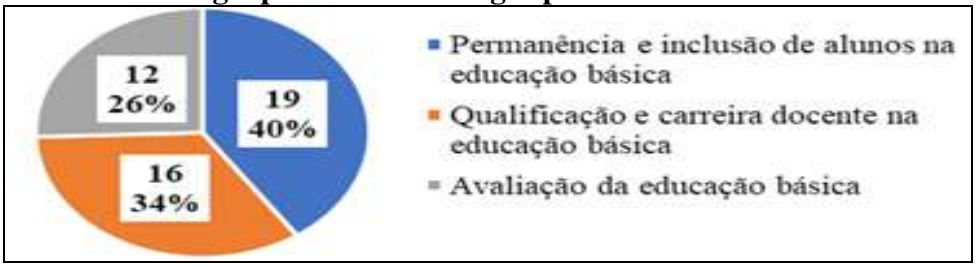


Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 1 demonstra o número de artigos que foram publicados em cada um dos 21 periódicos diferentes. Considerando-se as bases de dados pesquisadas e a amostra de artigos obtida, observa-se que o periódico que mais publicou sobre políticas públicas direcionadas à educação básica, é a revista Cadernos de Pesquisa com 7 publicações (14,89%), a qual tem como um dos objetivos divulgar a produção acadêmica sobre educação (SCIELO, 2023a). Com escopo editorial semelhante ao do Cadernos de Pesquisa, o periódico Educação e Realidade, que concentra 6 (12,77% das publicações que compuseram a amostra estudada), prioriza a divulgação da produção científica na área da educação (SCIELO, 2023b). Ambos os periódicos são consolidados e possuem publicações de impacto significativo para a área educacional.

E, como mencionado na seção dos Procedimentos Metodológicos, a categorização resultou em três grupos, de acordo com as características de cada estudo. Esta categorização, que se constitui em uma das contribuições deste estudo, permitiu a análise e a avaliação estruturadas das pesquisas desenvolvidas na área de políticas públicas voltada para a educação básica. No Gráfico 2 se apresenta a classificação e os quantitativos obtidos em cada uma dessas categorias.

Gráfico 2 – Agrupamentos de artigos por similaridade de temáticas



Fonte**:** Elaboração própria.

No Gráfico 2 se evidencia que a categoria com maior percentual refere-se à "permanência e inclusão de alunos na educação básica", o que reflete a relevância da temática no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas educacionais, direcionadas para a integração escolar dos alunos na educação básica.

No Quadro 2 se apresenta o portfólio de documentos contemplados nesta pesquisa e, em ordem cronológica crescente, apresentam-se: autores e respectivo ano de publicação, títulos dos artigos e a categoria definida neste estudo. Observa-se, ainda, que as letras que identificam as categorias remetem àquelas da ordem pelas qual estão elencadas as categorias de análise mencionadas nos Procedimentos Metodológicos.

Quadro 2 – Portfólio de documentos que compuseram a amostra estudada

Autor e ano de publicação	Título do Artigo	Categoria
Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto (2003)	A educação infantil no contexto das políticas públicas	a
Sandra M. Zákia L. Sousa (2003)	Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar	c
Leda Scheibe (2004)	O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990	b
Carlos Roberto Jamil Cury (2005)	Políticas inclusivas e compensatórias no ensino fundamental	a
Claudia Vianna; Sandra Unbehaum (2006)	Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil	a
Luiz Carlos Gil Esteves (2007)	O FUNDEF no estado do Rio de Janeiro: a óptica dos perdedores	b
Fátima Alves (2008)	Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras	c
Maria Inês de Matos Coelho (2008)	Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios	c
Paulo Sena (2008)	A legislação do Fundeb	b
Leonardo Milhomem de Rezende; Paulo de Martino Jannuzzi (2008)	Monitoramento do plano de desenvolvimento da educação: proposta de aprimoramento do Ideb e de painel de indicadores	c
Marília Fonseca (2009)	Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social	c
Luciene Aparecida da Silva; Nelson Luiz dos Santos Garcia; Adriana Célia da Silva Bicalho (2010)	Avaliações sistêmicas da educação básica: instrumento de gestão pública da qualidade do ensino e mecanismo de controle social	c
Magna França; Maria Aparecida dos Santos Ferreira (2010)	O conselho nacional de educação e as diretrizes para a carreira do magistério público da educação básica.	b
Paulo Sérgio Marchelli (2010)	Expansão e qualidade da educação básica no Brasil	c
Flávia Obino Corrêa Werle (2011)	Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino	c
Leda Scheibe (2011)	O conselho técnico-científico da educação básica da capes e a formação docente	b
Denise Meyrelles de Jesus; Alexandro Braga Vieira (2011)	Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais	a
Ângela Carrancho da Silva (2011)	Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática	a
Vera Lúcia Alves de Brito (2013)	O plano nacional de educação e o ingresso dos profissionais do magistério da educação básica	b
Albaneide Maria Lima Peixinho (2013)	A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional	a
Janete Bridon; Adair de Aguiar Neitzel (2014)	Competências leitoras no Saeb: qualidade da leitura na educação básica	c
Valdinei Costa Souza (2014)	Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade	b
Ademilson de Sousa Soares (2014)	A formação do professor da Educação Básica entre políticas públicas e pesquisas educacionais: uma experiência no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais	b
Alessandro de Melo; Camila Grassi Mendes de Faria; Luciani Wolf; Rafael Gomes Cavalcante (2014)	Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: O projeto de educação básica da Confederação Nacional da Indústria	a
Andreia Couto Ribeiro; Wellington Ferreira de Jesus (2014)	A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica	a
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi; Silvio Cesar Nunes Militão; Andréia Nunes Militão; Fabio Perboni; Regina Célia Ramos; Vanda Moreira Machado Lima; Yoshie Ussami Ferrari Leite (2014)	Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família	a
Mary Ângela Teixeira Brandalise (2015)	Avaliação institucional na escola pública: os (des)caminhos de uma política educacional	c
Daniela Finco (2015)	Gender equality in brazilian early childhood educational institutions	b
Clarissa Haas; Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves (2015)	Em tempos de democratização do direito à educação: como têm se delineado as políticas de acesso à eja aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul?	a
Márcia Aparecida Jacomini; Marieta Gouvêa de Oliveira Penna (2016)	Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional	b
Edgard Patrício (2016)	O rádio educativo na percepção de professores da educação básica – O caso rádio escolar do Programa Mais Educação	a
Paula Cabral; Samira de Moraes Maia Vigano (2017)	Políticas Públicas em Educação para Formação de Professores na EJA	b
Salete de Fátima Noro Cordeiro (2017)	Jornada Ampliada e Cultura Digital: cotidiano e espaços-tempos do educar	a
Marco Antonio Bettine de Almeida; Livia Pizauro Sanchez (2017)	Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social	a
Valéria Metroski Alvarenga; Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva (2018)	Formação Docente em Arte: percurso e expectativas a partir da lei 13.278/16	b
Denise Meyrelles de Jesus; Sônia Aparecida Alvarenga Vieira; Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane; Alexandro Braga Vieira (2018)	Um olhar comparado sobre políticas de inclusão nas escolas de educação básica em Cariacica (ES)	a
Priscila Gomes Dornelles; Ileana Wenetz (2019)	Uma análise generificada sobre projeto gênero e diversidade na escola	b
Erineusa Maria da Silva; Eliza Bartolozzi Ferreira (2019)	Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola	b
Hosana Larissa Guimarães Oliveira; Augusto César Rios Leiro (2019)	Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco	b
Roberta Rodrigues Salvini; Raquel Pereira Pontes; Cristiana Tristão Rodrigues; Maria Micheliana da Costa Silva (2019)	Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial	a
Katia de Fatima Vilela; Alair Ferreira de Freitas; Rodney Alves Barbosa; Rafael Junior dos Santos Figueiredo Salgado (2019)	Implementation of the national school nourishment program in the Brazilian Federal institution of Education of Bahia State	a
Ieda Pertuzatti; Ivo Dickmann (2019)	Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	a
Fabiana Teixeira Marcelino; Shilton Roque dos Santos; Márcio Adriano de Azevedo; Lenina Lopes Soares Silva (2019)	Estado-Avaliador e a Reforma do Ensino Médio no Brasil: Influências e Confluências	c
Rafael Ângelo Bunhi Pinto; Waldemar Mrques; Leo Victorino da Silva (2020)	O Programa Nacional de Formação de Professores - PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados	b
Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo; Guilherme da Franca Couto Fernandes de Almeida (2020)	Uma estratégia regulatória local para a educação básica no Rio de Janeiro	c
Matheus Monteiro Nascimento; Cláudio Cavalcanti; Fernanda Ostermann (2020)	Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais	a
Aline Cristina de Lima Dantas (2020)	Significados históricos da educação de jovens e políticas públicas de integração da educação profissional com a escolarização: diálogos entre Brasil e França	a

Fonte**:** Elaboração própria.

Uma vez apresentada a amostra estudada, se passa à discussão de cada uma das categorias de análise que emergiram no estudo.

Permanência e inclusão de alunos na educação básica

Composta por 19 documentos, 40,43% da amostra, esta categoria trata da situação atual da educação básica no país. Nesta perspectiva, autores como Barreto (2003), Pertuzatti e Dickmann (2019), Cury (2005), Silva (2011) e Cordeiro (2017), destacam que o tema é significativamente complexo e é preciso evoluir muito para que alcancem indicadores satisfatórios da educação infantil brasileira. Ainda no que tange à educação básica, Melo *et al.* (2014) ressaltam a necessidade de a educação ser maleável para o desenvolvimento de competências e habilidades, em vista de se viabilizar a formação continuada dos indivíduos.

Em seu estudo, Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020), analisaram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no âmbito da criação dos institutos federais de educação, comparando-os com o ensino médio tradicional e os impactos dessa política pública. Entre as conclusões de maior relevância está a de que desde a instituição dessa política pública, os Institutos Federais refletem um significativo componente na sociedade, onde, por exemplo, os alunos provenientes desses institutos possuem notas muito semelhantes aos alunos de escolas privadas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Além disso, esse desempenho positivo dos alunos pode estar associado à formação capacitada e ao incentivo às condições de trabalho adequadas dos profissionais da educação.

Por sua vez, Dantas (2020) em seu artigo com o tema a respeito da formação integrada profissional, juntamente com o crescimento da educação, por meio de política estratégica para jovens e adultos, proporciona uma troca de experiências com a formação, já solidificada na França, comparado ao cenário nacional brasileiro. As evidências desse estudo permitiram inferir que o desenvolvimento profissional de jovens e adultos está relacionado com o progresso social e econômico, demonstrando a dualidade da educação e seu relacionamento assimétrico com as classes sociais.

Ainda sobre políticas públicas direcionadas à integração escolar, principalmente no que tange ao ingresso do Atendimento Educacional Especializado, Jesus e Vieira (2011), Haas e Gonçalves (2015), Jesus *et al.* (2018) e Salvini *et al.* (2019) retratam que, apesar de existir uma mobilização com o objetivo de proporcionar acesso à educação para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, o acesso desses alunos ao Atendimento Educacional Especializado é limitado, gerando o que se chama de defasagem educacional.

Almeida e Sanchez (2017) tiveram como objetivo investigar a complexidade na execução da Lei 10.639/2003, que constitui a determinação do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas disciplinas da educação básica brasileira e, como principais evidências, constataram que existem diversas políticas públicas de educação favoráveis a essa lei. Porém, a dificuldade de sua execução condiz com problemas do alicerce do sistema de educação do país e em sua origem ideológico-racista.

Patrício (2016) analisou o entendimento de profissionais da educação da rede pública de ensino de Fortaleza, no que se refere ao rádio educativo e ao sentido que eles exercem no progresso das atividades curriculares. Este estudo evidencia a baixa participação dos educadores na prática da rádio escolar, haja vista que possuem um entendimento de educação direcionado para a alfabetização e possuem dificuldades em aproximar a rádio da sala de aula.

Ribeiro e Jesus (2014) analisaram o ranking da aplicação de valores do poder público federal no que concerne aos programas de transporte de alunos, com foco no atendimento da educação básica. E, a partir dessa pesquisa exploratória e documental, esses autores identificaram que o aumento da utilização de recursos financeiros na política de transporte de alunos, em benefício aos municípios, afeta positivamente a vida dos discentes da educação básica.

Peixinho (2013) e Vilela *et al*. (2019), analisaram outra categoria de investimento, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), concluindo que, apesar do aumento dos alunos atendidos e dos repasses orçamentários, existe a dificuldade na utilização dos recursos de forma adequada.

Vianna e Unbehaum (2006) tiveram como foco de estudo a inserção do aspecto de gênero na educação infantil e no ensino fundamental, analisando o período de 1998 a 2002. E, por meio da análise do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNE) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), identificaram que as políticas não são efetivadas de forma adequada pelo Estado, apesar desses documentos serem fontes fidedignas de referência para a evolução das políticas públicas de educação no país.

Uma vez analisados estudos que abordam a categoria de análise "permanência e inclusão de alunos na educação básica", os artigos com o tema de políticas públicas de permanência e inclusão de alunos na educação básica, apresentam discussões e resultados de diferentes perspectivas, sobretudo, os autores ressaltam falhas no planejamento e utilização dos recursos para o incentivo no desenvolvimento da qualidade da educação básica no país.

Qualificação e carreira docente na Educação Básica

No processo de amostragem, esse grupo resultou em 16 artigos, representando 34,04% do total. A partir da avaliação dos artigos selecionados, pode-se identificar a importância da valorização dos

profissionais da educação básica, por meio da formação continuada, condição de trabalho adequada e plano de carreira que satisfaça as necessidades profissionais (SCHEIBE, 2004; FRANÇA; FERREIRA, 2009; SCHEIBE, 2011; SOARES, 2014; JACOMINI; PENNA, 2016; CABRAL; VIGANO, 2017). Neste sentido, Alvarenga e Silva (2018) retratam a Lei nº 13.278 de 2016, a qual promove a obrigatoriedade na educação básica, por meio de formação específica, a música, dança, teatro e artes visuais. O estudo conclui que embora exista um aumento da licenciatura em arte, ela não é suficiente para suprir o déficit na educação, sendo necessária a abertura de novos cursos, aumento das vagas já existentes e maior investimento no Plano Nacional de Formação de Professores - PARFOR.

O PARFOR também foi o objeto de estudo de Pinto, Marques e Silva (2020), os quais consideram a implementação deste, contribuindo para o atendimento das políticas públicas. Essa contribuição, de acordo com esses autores, se daria na formação de docentes na educação básica, firmando uma contribuição em benefício à população, proveniente da parceria entre Universidade Comunitária de Sorocaba-SP e o serviço público.

Também, como argumentam Souza (2014) e Oliveira e Leiro (2019), a partir das evidências de seus estudos, constata-se a discrepância entre a urgência de capacitação de profissionais da educação e a disposição de vagas pelo programa, da mesma forma que existe o obstáculo dos profissionais em formação permanecerem em seus cursos. Adicionalmente, a qualificação docente inclui aperfeiçoamento que fomentam um ensino e aprendizagem cada vez mais inclusivo. Como exemplo, se tem o Projeto Gênero e Diversidade na Escola, um projeto direcionado para políticas públicas que tratam o assunto de gênero e diversidade nas instituições de ensino (FINCO, 2015; DORNELLES; WENETZ, 2019; SILVA; FERREIRA, 2019).

No que diz respeito ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização de Profissionais da Educação – FUNDEB e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério – FUNDEF, Sena (2008) e Esteves (2007), fizeram uma análise comparativa entre esses fundos e enfatizam como pontos positivos a ampliação do debate a propósito do financiamento da educação, a importância da vinculação de recursos para diversos segmentos educacionais, a necessidade de participação da sociedade no controle das verbas, a importância das prestações de contas se tornarem públicas e transparentes e a valorização dos profissionais da educação. Como pontos negativos destacam: aplicação dos recursos de forma imprecisa, falta de organização a partir dos custos, inclusão das matrículas privadas da educação especial e das creches de forma permanente, para além de um prazo de transição, gargalo no ensino médio, predomínio de análises oficiais parciais, desvio de recursos que eram originalmente destinados para municípios

pobres indo para municípios com melhores condições e, principalmente, o descaso no âmbito de políticas públicas na educação das escolas fora dos centros urbanos.

Em outro viés, Brito (2013) pesquisou sobre a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, como é a atual situação de ingressos temporários, por meio de concurso público, de profissionais da educação em diferentes estados do país, proposto para o período de 2011 a 2020. Pela pesquisa concluiu que nos estados estudados, o ingresso dos profissionais da educação no setor público é efetivado de forma exclusiva por meio de concurso público e que, também, existe a contratação de professores em caráter temporário para suprir lacunas no lugar da realização de concurso público.

Por fim, é possível observar que os artigos selecionados com o tema políticas públicas voltadas à qualificação e carreira docente na educação básica, em sua maioria, são recorrentes os argumentos sobre a carência quanto à valorização profissional dos docentes, os quais podem, e deveriam, ser valorizados por meio de políticas públicas que forneçam condições de trabalho adequadas, incentivo à formação continuada e salário compatível com a função. Neste sentido, Neri e Sousa Junior (2020) destacam que se faz *mister* a adequada formação dos futuros docentes, com uma abordagem que integre teorias e práticas, habilitando o futuro educador para que dê conta das novas e complexas demandas da área.

Por sua vez, Borges *et al.* (2023) avaliam que as políticas públicas de formação continuada para professores precisam ser orientadas por premissas que levem em conta a realidade em que estes irão atuar e tenham, também, como base uma educação laica, democrática e socialmente referenciada. Essas políticas não podem sofrer descontinuidades, mas necessitam alocações de recursos de forma estável.

Avaliação da Educação Básica

Esta categoria abarca 12 estudos, com 25,53% dos artigos analisados e tem como principal característica as discussões acerca do histórico e dos instrumentos de avaliação da Educação Básica brasileira, temática que tem se destacado nas políticas educacionais no país, a partir da década de 1990. Constata-se que, com o passar do tempo, as transformações intrínsecas à sociedade influenciaram os sistemas de avaliação e alteraram o *status* de Estado executor para um Estado avaliador/regulador, com políticas públicas educativas voltadas para o mercado, transformando a avaliação da aprendizagem e ampliando a avaliação para práticas que avaliam o aluno e o sistema educacional em larga escala (SOUZA, 2003; BRANDALISE, 2015).

Em seu estudo, Werle (2011), apresenta a trajetória histórica das experiências de avaliação em larga escala na Educação Básica Brasileira, reformulações guiadas pelo MEC, que culminaram nos processos de avaliação aplicados atualmente. Entre as avaliações e indicadores mais citados nos estudos,

destacam-se o SAEB, o ENEM e o IDEB. E, como destaca Brandalise (2015), os resultados dos processos avaliativos podem subsidiar a tomada de decisão dos gestores, melhorando, ou descontinuando, políticas e programas que não atendam aos objetivos propostos.

Quanto ao IDEB, Rezende e Januzzi (2008) consideram este indicador como uma proposta inovadora, a qual auxiliaria na tomada de decisões das políticas públicas nacionais e permitiria maior transparência às ações do governo. Estes autores destacam, ainda, que o IDEB foi elaborado no Brasil, visando contemplar a realidade nacional e tornou-se um relevante instrumento para o desenvolvimento da educação. Regazzo e Almeida (2020), sugerem melhorias ao IDEB e defendem o aprimoramento deste índice para embasar o direcionamento das políticas públicas.

Em contraponto à análise assentada em indicadores, autores de estudos da amostra analisada criticam fortemente o método de avaliações em larga escala, ao ponderar que esta metodologia desconsidera as singularidades, especificidades da realidade local e preocupa-se em atingir metas (SILVA; GARCIA; BICALHO, 2010; BRIDO; NEITZEL, 2014; MARCELINO, 2019). Considera-se que a qualidade passou a ser legitimada por meio da competitividade e das colocações em *rankings* das avaliações externas, desvalorizando a avaliação da aprendizagem (FONSECA, 2009; MARCELINO, 2019). As críticas às metodologias estatísticas de avaliação fomentam a importância de uma cultura que compartilha a responsabilidade e gestão democrática, superando a descontinuidade de políticas pelos agentes públicos e a mera divulgação dos resultados a sociedade (COELHO, 2008; MARCHELLI, 2010; BRANDALISE, 2015).

Marchelli (2010) assevera que os resultados das avaliações educacionais indicam o acúmulo significativo de déficits de aprendizagem na educação básica brasileira e atribui esse cenário à falta de estrutura para incluir estudantes, a ausência de incentivos aos docentes e políticas públicas de curto prazo. Alves (2008), por sua vez, já destacava que melhorar a educação é um desafio que transcende aos métodos avaliativos e exige mudanças profundas das políticas públicas. Ademais, nota-se a escassez de estudos que discutam novas possibilidades para avaliar e dimensionar efetivamente a qualidade da educação básica. Também, resta evidente que as políticas voltadas para a avaliação da educação básica, apesar de vislumbrar melhoria na qualidade da educação, ainda são amplamente criticadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais buscam regulamentar, proporcionar condições e métodos adequados para assegurar e fomentar a formação humana. Neste sentido, a educação básica constitui-se como a base escolar no que corresponde ao ensino e aprendizagem, tendo como diretrizes as normativas

estabelecidas na Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Nesta perspectiva, esta pesquisa objetivou analisar as produções científicas acerca de políticas públicas voltadas à educação básica brasileira, no período de 1996 a 2020.

No campo de estudos da Administração Pública, este estudo possibilitou, por meio de técnicas bibliométricas que deram suporte à revisão sistemática de literatura, identificar a distribuição das produções científicas por ano, mapear os periódicos que concentram as publicações e apresentar a classificação dos estudos em três categorias: a) Permanência e inclusão de alunos na educação básica; b) Qualificação e carreira docente na educação básica; e, c) Avaliação da educação básica.

Quanto à categoria "permanência e inclusão de alunos na educação básica", estrato composto por 19 documentos, 40,43% da amostra estudada, relaciona-se ao Art. 3, Inciso I, Art. 4, Inciso VII, Art. 14, § 2º, Inciso II e Art. 36 § 6º, Inciso I da Lei Nº 9.394 de 1996. Os estudos desta categoria, de forma geral, dão ênfase às falhas no planejamento e utilização dos recursos para o incentivo no desenvolvimento da qualidade da educação básica no país, o que serve como subsídio aos gestores públicos para a concepção e implementação de mecanismos que contribuam para sanar essas falhas e desenvolver iniciativas que viabilizem a permanência dos alunos, assim como promovam a inclusão em toda sua amplitude.

A categoria "qualificação e carreira docente na educação básica", contempla 16 manuscritos, representando 34,04% da amostra estudada e se refere ao Art. 47 § 1º, Art. 47 § 1º, Inciso V, alínea c e Art. 54 § 2º da Lei Nº 9.394 de 1996. A análise desses estudos permitiu identificar a importância da valorização dos profissionais da educação básica, por meio da formação continuada, condição de trabalho adequada e plano de carreira que satisfaça as necessidades profissionais. Portanto, cabe aos gestores públicos o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas para essas necessidades, uma vez que as evidências apontam para a carência de iniciativas nestas áreas.

E a categoria "avaliação da educação básica", com 12 trabalhos, a qual representa 25,53% da amostra estudada e se relaciona aos Art. 32 § 2º e Art. 35-A § 6º da Lei Nº 9.394 de 1996, teve como principais emergências as discussões acerca do histórico e dos instrumentos de avaliação da Educação Básica brasileira. Neste sentido, destaca-se que um dos aspectos fundamentais nas Políticas Públicas é a sua avaliação, para se verificar quanto à consecução dos objetivos e/ou necessidades de adequação das mesmas.

Assim, a revisão sistemática de literatura empreendida acerca das políticas educacionais retratadas e o agrupamento dos artigos com abordagens semelhantes, configuram-se como significativas contribuições metodológica e teórica, ao identificar as diferentes áreas em que se concentram os estudos analisados. Além disso, facilita a análise por parte dos leitores e apresenta perspectivas de agendas para

futuras pesquisas no campo da Administração Pública, especificamente no campo de Políticas Públicas para a Educação Básica. Ainda, para pesquisas futuras recomenda-se um estudo bibliométrico que contemple fontes de pesquisas localizadas em outras bases de dados, uma vez que esta temática não pode ser tomada como esgotada, com novas possibilidades de perspectivas e análises.

Entende-se, também, que essa categorização sugere aos gestores públicos aspectos aos quais devam dedicar atenção na formulação de políticas públicas para a Educação Básica. Ademais, essas categorias também possibilitam a sistematização de propostas para a avaliações, tanto qualitativas quanto quantitativas, dessas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. P. "Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social". **Pro-Posições**, vol. 28, n. 1, 2017.

ALVARENGA, V. M.; SILVA, M. C. R. F. "Formação Docente em Arte: percurso e expectativas a partir da Lei 13.278/16". **Educação e Realidade**, vol. 43, n. 3, 2018.

ALVES, F. "Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 38, n. 134, 2008.

BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. "Two Faces of Power". **American Science Review**, vol. 56, n. 4, 1962.

BARBOSA, M. F. N.; ERMEDOERFER, M. "Políticas públicas: Renovações na produção científica internacional". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 38, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 2016.

BARRETO, A. M. R. F. "A educação infantil no contexto das políticas públicas". **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.

BORGES, H. S. *et al*. Políticas e programas de formação continuada de professores/as das escolas do campo em Parintins/AM: avanços e retrocessos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 39, 2023.

BRANDALISE, M. Â. T. "Avaliação institucional na escola pública: os (des) caminhos de uma política educacional". **Educar em Revista**, n. 1, 2015.

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 19/08/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22/11/2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22/11/2023.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: Planalto, 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22/11/2023.

BRASIL. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 22/11/2023.

BRIDON, J.; NEITZEL, A. A. "Competências leitoras no Saeb: qualidade da leitura na educação básica". **Educação e Realidade**, vol. 39, 2014.

BRITO, V. L. A. D. "O plano nacional de educação e o ingresso dos profissionais do magistério da educação básica". **Educação e Sociedade**, vol. 34, n. 125, 2013.

CABRAL, P.; VIGANO, S. D. M. M. "Políticas Públicas em Educação para Formação de Professores na EJA". **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, vol. 2, n. 1, 2017.

CAIRNEY, P.; DENNY, E. S.; MITCHELL, H. "The future of public health policymaking after COVID-19: a qualitative systematic review of lessons from Health in All Policies". **Open Research Europe** [2021]. Disponível em: <www.open.research.europe.eu>. Acesso em: 22/11/2022.

CHAVES-AVILA, R.; GALLEGO-BONO, J. R. "Transformative Policies for the Social and Solidarity Economy: The New Generation of Public Policies Fostering the Social Economy in Order to Achieve Sustainable Development Goals. The European and Spanish Cases". **Sustainability**, vol. 12, n. 10, 2020.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. "O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum". **Internext**, vol. 10, n. 2, 2015.

COELHO, M. I. D. M. "Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil". **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 16, n. 59, 2008.

CORDEIRO, S. D. F. N. "Jornada Ampliada e Cultura Digital: cotidiano e espaços-tempos do educar". **Educação e Realidade**, vol. 42, n. 3, 2017.

CURY, C. R. J. "Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 35, n. 124, 2005.

DANTAS, A. C. L. "Sentidos históricos da educação de jovens e adultos e políticas públicas de integração da educação profissional com escolarização: diálogos entre Brasil e França". **Revista Brasileira de Educação**, vol. 25, 2020.

DIAS, É. PINTO, F. C. F. "Educação e Sociedade". **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, vol. 27, 2019.

DORNELLES, P. G.; WENETZ, I. "Uma análise generificada sobre projeto gênero e diversidade na escola". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 49, n. 173, 2019.

DYE, T. R. **Understanding Public Policy**. Washington: Pearson Edition, 2017.

ESTEVES, L. C. G. "O FUNDEF no Estado do Rio de Janeiro: a óptica dos perdedores". **Revista Brasileira de Educação**, vol. 12, n. 35, 2007.

FINCO, D. "Gender equality in brazilian early childhood educational institutions". **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, vol. 13, n. 1, 2015.

FONSECA, M. "Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social". **Cadernos Cedes**, vol. 29, 2009.

FRANÇA, M.; FERREIRA, M. A. S. "O conselho nacional de educação e as diretrizes para a carreira do magistério público da educação básica". **Interface**, vol. 7, n. 1, 2010.

FREITAS, R. C. U.; BECKER, K.; ZUCATTO, L. C. "Formação da agenda para a ciência, tecnologia e inovação: Um estudo multicaso em Institutos Federais no Rio Grande Do Sul". **Anais X Encontro Brasileiro de Administração Pública**. Brasília: UnB, 2023.

GIORGI, C. A. G. *et al*. "Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família". **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 22, n. 85, 2014.

HAAS, C.; GONÇALVES, T. G. G. L. "Em tempos de democratização do direito à educação: como têm se delineado as políticas de acesso à EJA aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul?" **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 21, n. 4, 2015.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Studying public policy**: principle and processes. Oxford: Oxford University Press, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Educação". **IBGE** [2021]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29/07/2023.

INEP - Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. "Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil". **Portal Inep** [2018]. Disponível em: <www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 04/07/2023.

JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. O. "Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional". **Pro-Posições**, vol. 27, n. 2, 2016.

JESUS, D. M. D. *et al*. "Um olhar comparado sobre políticas de inclusão nas escolas de educação básica em Cariacica (ES)". **Cadernos Cedes**, vol. 38, n. 106, 2018.

JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B. "Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais". **Educar em Revista**, n. 41, 2011.

MACHADO, E. N. C.; FALSARELLA, A. M. "Nova gestão pública, educação e gestão escolar". **Revista *Online* de Política e Gestão Educacional**, vol. 24, n. 2, 2020.

MARCELINO, F. T. *et al*. "Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências". **Revista do Serviço Público**, vol. 70, n. 1, 2019.

MARCHELLI, P. S. "Expansão e qualidade da educação básica no Brasil". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 40, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de planejamento governamental**: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. São Paulo: Atlas, 2012.

MATOS, A. G. S. “O letramento vernacular e suas contradições”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 25, 2022.

MEC - Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 22/11/2023.

MEC - Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 22/11/2023.

MELO RIBEIRO, H. C. “Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros”. **Biblios**, n. 69, 2017.

MELO, A. *et al*. “Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de educação básica da confederação nacional da indústria”. **Cadernos Cedes**, vol. 34, n. 94, 2014.

NASCIMENTO, M. M.; CAVALCANTI, C.; OSTERMANN, F. “Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos Institutos Federais”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 101, n. 257, 2020.

NERI, A. A. M.; SOUSA JUNIOR, A. R. “PIBID e PRP: Políticas públicas necessárias na formação inicial docente”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

OECD - Organization For Economic Cooperation And Development. Financing education. **OECD** [2023]. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em: 17/11/2023.

OLIVEIRA, H. L. G.; LEIRO, A. C. R. “Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco”. **Pro-Posições**, vol. 30, 2019.

ONU - Organização das Nações Unidas. “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. **ONU** [2015]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 19/08/2023.

PATRÍCIO, E. “O rádio educativo na percepção de professores da educação básica – O caso rádio escolar do Programa Mais Educação”. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

PEIXINHO, A. M. L. “A trajetória do Programa Nacional Comunicação e Sociedade de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional”. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 18, 2013.

PERTUZATTI, I.; DICKMANN, I. “Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 27, n. 105, 2019.

PINTO, R. Â. B.; MARQUES, W.; SILVA, L. V. “O Programa Nacional de Formação de Professores - PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados”. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, vol. 25, n. 3, 2020.

RAGAZZO, C. E. J.; ALMEIDA, G. F. C. F. “Uma Estratégia Regulatória Local para a Educação Básica no Rio de Janeiro”. **Educação e Realidade**, vol. 45, n. 3, 2020.

REZENDE, L. M.; JANNUZZI, P. M. “Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação: proposta de aprimoramento do Ideb e de painel de indicadores”. **Revista do Serviço Público**, vol. 59, n. 2, 2008.

RIBEIRO, A. C.; JESUS, W. F. "A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica". **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 95, n. 241, 2014.

RODRIGUES, M. I. B.; SILVA, G. P. "Estado, trabalhadores e políticas públicas educacionais: A educação básica no estado do Pará e as contradições da qualidade". **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, vol. 18, 2023.

SALVINI, R. R. *et al*. "Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial". **Estudos Econômicos**, vol. 49, n. 3, 2019.

SANTOS, P. S. M. B. **Guia prático da política educacional no Brasil**: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2012.

SAVIANI, D. "Política educacional brasileira: limites e perspectivas". **Revista de Educação PUC**, n. 24, 2008.

SCHEIBE, L. "O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990". **Educar**, n. 24, 2004.

SCHEIBE, L. O conselho técnico-científico da educação básica da capes e a formação docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, 2011.

SCIELO. "Revista Cadernos de Pesquisa: Our Mission". **Scielo** [2023a]. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 15/04/2023.

SCIELO. "Revista Educação e Realidade: Our Mission". **Scielo** [2023b]. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 15/04/2023.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2016.

SENA, P. A. "Legislação do Fundeb". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 38, n. 134, 2008.

SILVA, Â. C. "Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática". **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 19, n. 72, 2011.

SILVA, C.; LEAL, R. G. "Os programas constituidores da política pública educacional voltados à educação básica". **Revista de Investigações Constitucionais**, vol. 9, n. 2, 2022.

SILVA, E. M.; FERREIRA, E. B. "Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola". **Educação e Pesquisa**, vol. 45, 2019.

SILVA, J. M. N.; NUNES, V. G. C. "Formação continuada docente: uma análise a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução CNE-CP 2/2015)". **Research, Society and Development**, vol. 9, n. 8, 2020.

SILVA, L. A.; GARCIA, N. L. S.; BICALHO, A. C. S. "Avaliações sistêmicas da educação básica: instrumento de gestão pública da qualidade do ensino e mecanismo de controle social". **Administração Pública e Gestão Social**, vol. 2, n. 4, 2010.

SOARES, A. S. “A formação do professor da Educação Básica entre políticas públicas e pesquisas educacionais: uma experiência no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 22, n. 83, 2014.

SOARES, T. E. A.; SOARES, D. J. M.; SANTOS, W. D. “Sistema de Avaliação da Educação Básica: revisão sistemática da literatura”. **Estudos em Avaliação Educacional**, vol. 32, 2021.

SOUSA, S. M. Z. L. “Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, 2003.

SOUZA, C. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. **Sociologias**, vol. 8, n. 16, 2006.

SOUZA, V. C. “Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade”. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 19, n. 58, 2014.

SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library. (2023). “Características”. **SPELL** [2023]. Disponível em: <www.spell.org.br>. Acesso em: 01/08/2023.

TIANTIAN, L. “Real-estate Boom, Commodification and Crises of SocialReproductive Institutions in Rural China”. **Development and Change**, vol. 54, n. 3, 2023.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. “Gênero na educação básica: quem se importa? uma análise de documentos de políticas públicas no brasil”. **Educação e Sociedade**, vol. 27, n. 95, 2006.

VILELA, K. F. *et al*. “Implementation of the national school nourishment program in the Brazilian Federal institution of Education of Bahia State”. **Ciência Rural**, vol. 49, n. 9, 2019.

WEB OF SCIENCE. “Clarivate Analytics”. **Web of Science** [2021]. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 24/10/2023.

WERLE, F. O. C. “Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 19, 2011.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 16 | Nº 47| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima